

ESCÂNDALO DO INSS

Vítimas começam a ser notificadas hoje

Beneficiários serão informados sobre descontos associativos em seus pagamentos e, se não reconhecê-los, poderão contestá-los, para dar início ao processo de ressarcimento

» RAFAELA GONÇALVES

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começa, hoje, a notificar os aposentados e pensionistas que tiveram descontos indevidos em seus benefícios. As informações serão disponibilizadas na plataforma Meu INSS. O governo ainda não informou ao certo o número de vítimas do esquema irregular. A estimativa é de que cerca de 9 milhões de segurados recebam a comunicação para iniciar o processo de devolução — o ressarcimento, porém, não tem data anunciada para ocorrer.

A partir de amanhã, aqueles que tiveram algum desconto deverão informar se as operações foram, de fato, autorizadas. Caso o aposentado não reconheça a associação que fez os débitos, ele poderá contestar o pagamento pelo próprio canal. A partir daí, o INSS vai acionar a entidade, que terá 15 dias para comprovar a autarquia a legalidade do desconto e a filiação do aposentado.

Se não for possível comprovar, a associação terá outros 15 dias para devolver o valor ao INSS, que vai repassar o dinheiro ao beneficiário na própria conta da aposentadoria, em folha de pagamento suplementar.

O ressarcimento será para os descontos realizados nos últimos cinco anos, a partir de março de 2020. No entanto, o INSS não informou a data para o início da devolução do dinheiro descontado irregularmente. Quando ocorrer, será feita no próprio benefício.

O contato com os beneficiários do INSS ocorrerá exclusivamente via notificação por meio do Meu INSS. Em caso de dúvidas, os cidadãos podem ligar na central de teatendimento 135, que funciona de segunda a sábado, das 7h às 22h.

Cuidados com golpes

Não será necessário juntar nenhum documento nem acionar nenhuma agência ou outros canais de atendimento. O presidente do INSS, Gilberto Waller, alertou, ainda, para tentativas de golpe. “Não precisa correr para nenhum meio, ele será informado pelo canal Meu INSS. Não abram e-mail, mensagens de WhatsApp. O INSS não se comunica com você por nenhum outro meio que não seja o canal Meu INSS”, ressaltou.

O governo estuda meios de atender às vítimas, também, presencialmente, segundo o

Plano de ressarcimento

Os aposentados e pensionistas que tiveram descontos associativos em seus contracheques começarão a ser notificados hoje.

O aviso será feito pelo site ou aplicativo Meu INSS para cerca de nove milhões de pessoas — ou seja, não haverá ligação ou envio de mensagens por SMS ou e-mail.

COMO IDENTIFICAR DESCONTOS INDEVIDOS

- Acesse o site ou app Meu INSS com seu login.
- Clique em “Consultar Benefício” e depois em “Extrato de Pagamento”.
- Selecione o mês desejado.
- Confira se há valores descontados de forma suspeita.

Fonte: INSS



Valdo Virgo/CB/D.A Press

COMPROVAÇÃO

Caso o aposentado não reconheça a associação que fez os descontos, ele poderá contestar o pagamento pelo próprio canal.

O INSS vai acionar a associação, que terá 15 dias para comprovar a legalidade do desconto e a filiação do aposentado à entidade.

Se não for possível comprovar, a associação terá outros 15 dias para devolver o valor ao INSS, que vai repassar o dinheiro ao beneficiário na própria conta da aposentadoria, em folha de pagamento suplementar.

DEVOLUÇÃO

O ressarcimento será para os descontos realizados nos últimos cinco anos, a partir de março de 2020. No entanto, o INSS não informou a data para começar a devolução do dinheiro descontado de forma irregular.

CUIDADO COM GOLPES

O INSS alerta que os contatos serão feitos apenas pelo site oficial. Não haverá ligações, mensagens via WhatsApp ou SMS. Em caso de dúvidas, os beneficiários podem ligar para o número 135.



Não precisa correr para nenhum meio, ele (beneficiário) será informado pelo canal Meu INSS. Não abram e-mail, mensagens de WhatsApp. O INSS não se comunica com você por nenhum outro meio que não seja o canal Meu INSS”

Gilberto Waller, presidente do INSS

presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin. Uma das formas seria aproveitar a estrutura física dos Correios, que está presente em todos os municípios brasileiros. As agências da Caixa Econômica Federal também estão sendo cotadas.

“A maior parte será feita através da plataforma Meu INSS.

Agora, há pessoas que têm dificuldade ou não têm internet, então a Caixa está estudando uma maneira (de atender esse público), ela tem uma rede muito bem distribuída no país e vai ajudar quem precisar de atendimento presencial”, disse Alckmin a jornalistas no domingo.

Demora

O total dos descontos feitos entre 2019 e 2024 é de R\$ 6,3 bilhões, mas nem todos foram ilegais. Parte do valor ressarcido deve vir do bloqueio de bens de 14 associações investigadas pelos descontos irregulares. O governo não descarta, porém, a possibilidade de uso de recursos da União para reembolsar as vítimas.

O processo de comunicação com as associações deve demorar, conforme alertou o especialista em direito previdenciário Washington Barbosa. “Não saiu uma instrução normativa, não saiu uma medida provisória detalhando o plano. Algumas coisas preocupam”, disse. “A primeira é a responsabilização dos sindicatos e associações. Pelo que ouvimos, será enviado um comunicado, e eles terão 15 dias para responder. Isso vai ser um problema. Essas associações, esses sindicatos, a maior parte deles não tem patrimônio para ressarcir a União em relação a isso.”

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o esquema de fraudes “enojou” o país. Em entrevista ao portal UOL, ele admitiu que o governo ficou abalado com as fraudes. O chefe da equipe econômica defendeu uma pena exemplar para os criminosos.

Uma operação da Polícia Federal revelou um esquema de descontos em pensões e aposentadorias por associações de classe e sindicatos. As investigações, iniciadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), apontaram que os desvios tiveram início em 2016, mostraram crescimento expressivo em 2019 e explodiram no governo Lula.

Haddad afirmou que o órgão mostrou-se independente e agiu corretamente ao entregar a investigação à Polícia Federal, e não ao governo. Questionado sobre como o Planalto vai ressarcir as vítimas, o chefe da equipe econômica destacou o bloqueio de R\$ 2,56 bilhões em bens de associações investigadas, feito pela Advocacia-Geral da União (AGU).

“A AGU e a CGU já bloquearam um volume considerável de recursos das associações fraudulentas. Nós temos de fazer um balanço do que efetivamente não foi autorizado, temos de saber exatamente o valor da fraude, e se os valores bloqueados das associações pagam a fraude”, disse o ministro.

Oposição protocola CPMI no Senado

» WAL LIMA
» MAIARA MARINHO

A oposição protocolou, ontem, no Senado, um pedido de abertura de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) para investigar as fraudes no INSS. A solicitação foi apresentada pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e pela deputada Coronel Fernanda (PL-MT).

A instalação da comissão depende de o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), ler o requerimento de abertura em plenário. Se for instaurada, será formada por 15 senadores e 15 deputados.

A iniciativa foi a forma encontrada pela oposição para driblar a fila de CPIs da Câmara — na Casa, o pedido de uma comissão para apurar as fraudes entrou numa fila onde já existem 13 outros pedidos, sobre os mais diversos temas, que aguardam análise desde 2023.

De acordo com o Regimento Interno da Câmara e do Senado, apenas cinco comissões

desse tipo podem funcionar simultaneamente — e, no momento, nenhuma está em atividade na Câmara.

Já no Senado, duas CPIs estão em funcionamento: a da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas e a da Violência Doméstica, que investiga a atuação ou omissão do poder público na aplicação das leis de proteção às mulheres.

“A esquerda está dizendo que tudo é culpa de Bolsonaro, por que vocês não assinaram a CPMI? Então, nós vamos deixar aqui um convite: vocês, parlamentares de esquerda, se a culpa é de Bolsonaro, assinem para investigar Bolsonaro. É estranho eles (parlamentares de esquerda) dizerem que começou no governo anterior, e não querem assinar a CPMI”, questionou Damares, em live nas redes sociais.

O requerimento tem 223 assinaturas na Câmara e 36 do Senado, superando o número mínimo exigido: 171 deputados e 27 senadores. Parlamentares da base do governo assinaram o

Saulo Cruz/Agência Senado



Damares: “Se a culpa é de Bolsonaro, assinem para investigar Bolsonaro”

documento. Entre eles, 11 são deputados do MDB, 11 do PSD, 13 do Republicanos, 14 do PP e dois do PSB — uma das assinaturas é da deputada Tabata Amaral (PSB-SP).

“É evidente que estamos diante de um esquema de corrupção gigantesco e covarde, que saqueou os mais pobres do nosso país”, enfatizou Tabata. (Colaborou Danandra Rocha)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Viagem de Lula marca a integração informal do Brasil na Rota da Seda

A viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Pequim, a convite do presidente chinês, Xi Jinping, compensa em muito o desgaste causado por sua participação nas comemorações do Dia da Vitória em Moscou, como um dos convidados de honra do presidente Vladimir Putin. Enquanto a passagem por Moscou foi marcada por críticas da oposição no Brasil e um inegável desgaste político junto às chancelarias europeias, aliadas do presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, o encontro com dirigentes e executivos chineses marcou, informalmente, a integração do Brasil à chamada Nova Rota da Seda, o ambicioso projeto comercial e logístico da China.

Lula viajou ao país acompanhado de 11 ministros e do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), além de parlamentares e cerca de 200 empresários. Hoje, Lula deve se reunir com o presidente chinês, Xi Jinping. Segundo o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações (ApexBrasil), Jorge Viana, após um fórum entre empresários brasileiros e chineses em Pequim, a China pretende investir R\$ 27 bilhões em novos projetos por aqui. O Brasil não participa formalmente da Nova Rota da Seda, porém, como naquele velho ditado espanhol (“No creo en brujas, pero que las hay, las hay”), está cada vez mais integrado às suas cadeias de valor e logística.

Lula aproveitou o lusco-fusco da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, antes que as negociações entre os dois governos fossem retomadas, para atrair investimentos chineses. Com o anúncio de uma trégua de 90 dias na guerra tarifária entre os dois países, porém, esses investimentos podem não ter a mesma urgência. Os Estados Unidos são nossos concorrentes na exportação de alimentos para a China. Mesmo assim, o cenário é muito positivo, porque um acordo tarifário entre as duas maiores potências econômicas afasta o risco de uma recessão global, o grande temor dos investidores, e isso favorece o Brasil.

A grande novidade do portfólio de investimentos anunciado pelo governo é a escala dos projetos: R\$ 6 bilhões da Great Wall Motors (GWM), uma das maiores montadoras chinesas, para “expansão de suas operações” no Brasil; R\$ 5 bilhões da Meituan, plataforma chinesa de delivery que quer atuar no Brasil com o app “Keeta” e prevê gerar até 4 mil empregos diretos e 100 mil indiretos; R\$ 3 bilhões da estatal chinesa de energia nuclear CGN para construir um “hub” de energia renovável (eólica e solar) no Piauí; R\$ 5 bilhões da Envision para construir um parque industrial “net-zero” (neutro em emissões de carbono), com foco em SAF (Combustível Sustentável de Aviação), hidrogênio verde e amônia verde.

Além desses investimentos, segundo Viana, estão previstos R\$ 3,2 bilhões da rede de bebidas e sorvetes Mixue, que deve começar a operar no Brasil e espera gerar 25 mil empregos até 2030; R\$ 2,4 bilhões do grupo minerador Baiyin Nonferrous, que anunciou a compra da mina de cobre Serrote, em Alagoas; a empresa DiDi, que opera no Brasil por meio da empresa de transporte 99, pretende expandir a operação no setor de delivery e construir 10 mil pontos públicos de recarga para veículos elétricos; e a Longsys deve aportar R\$ 650 milhões para ampliar a capacidade produtiva de fábricas de semicondutores em São Paulo e Amazonas.

Interesses estratégicos

Há, ainda, outros negócios em vista, como a parceria da Nortec Química com a Acebright, Aurisco e Goto Biopharm para construção de plataforma industrial de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) no Brasil, no valor de R\$ 350 milhões; a promoção do café brasileiro com a Lickin Coffe; do cinema brasileiro com a Huaxia Film; e de produtos nacionais no varejo chinês com a Hotmaxx. A China saltou da 14ª para a 5ª posição no ranking de investimento direto no Brasil em 10 anos, com um estoque de mais de US\$ 54 bilhões.

A relação entre o Brasil e a chamada Iniciativa do Cinturão e Rota da China (Belt and Road Initiative - BRI) é uma questão estratégica complexa. Lançada em 2013 por Xi Jinping, a Iniciativa do Cinturão e Rota é um megaprojeto geopolítico e econômico da China, que visa ampliar sua influência global por meio de investimentos em infraestrutura, portos, ferrovias e energia, conectando Ásia, Europa, África e América Latina. Essa ambição é uma das causas da forte reação protecionista do novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Ao contrário de países vizinhos, como Argentina, Chile, Peru e Venezuela, o Brasil não aderiu formalmente ao projeto e procura manter uma posição equidistante entre a China e os Estados Unidos e de aproximação com a União Europeia, que é responsável pelo maior volume de investimentos estrangeiros no Brasil.

O Itamaraty, historicamente, evita alianças formais que possam ser interpretadas como alinhamento geopolítico. Uma adesão formal ao BRI seria disruptiva para a nossa política externa. Além disso, as experiências de países da África e Ásia com a China recomendam cautela quanto ao endividamento excessivo. A China tem interesses estratégicos no Brasil nas áreas de mineração (Vale) e agronegócio (soja e carne, principalmente), de infraestrutura, principalmente ferrovias (Ferrogrão e Bioceânica), portos (São Luís, Santos, Paranaguá e Itaguaf); e energia elétrica, setor no qual já controla parte da geração e distribuição, como no caso da CPFL, da State Grid, e Belo Monte. Na tecnologia, a Huawei lidera a infraestrutura 4G e 5G em parceria com operadoras locais. A China Development Bank e o Banco do Brics (NDB) já financiam grandes investimentos.